

América Latina

A política de desilusão

Alexandra Barahona de Brito

O que se passa na América Latina? Motins em Buenos Aires, a mais "europeia" das capitais da região; dezenas de mortes na Bolívia, onde manifestantes contra a privatização do gás enfrentam polícias cuja actuação faz lembrar os tempos do ditador Banzer; greves até à paralisia na Venezuela, que estreitamente aliam empresários e trabalhadores contra um déspota eleito, que depois manipula um sistema judicial que não lhe dá razão ...

O que se passa na América Latina? Motins em Buenos Aires, a mais «europeia» das capitais da região; dezenas de mortes na Bolívia, onde manifestantes contra a privatização do gás enfrentam polícias cuja actuação faz lembrar os tempos do ditador Banzer; greves até à paralisia na Venezuela, que estranhamente aliam empresários e trabalhadores contra um déspota eleito, que depois manipula um sistema judicial que não lhe dá razão...

Parece que muitos acordam hoje para uma realidade conturbada, que contrasta com o optimismo económico e as esperanças de progresso político que viram da última vez que «olharam para lá». O que se passa na América Latina não é, no entanto, uma grande mudança em relação aos anos 90, mas sim a ausência de algumas mudanças de base que teriam sido necessárias para reforçar a fé na democracia da população da região.

Tal como o resto do mundo, a América Latina viveu um breve período de fim da história. Até se pode dizer que esse fim começou lá, visto que foi aqui que, nos anos 80, se iniciou a «terceira onda» de democratização que culminou na Queda do Muro de Berlim – o marco do «fim da história», com a vitória da democracia liberal e do mercado livre. Mas entretanto o mundo perdeu a fugaz esperança de estar a viver o fim da história. O que se passa na América Latina é então o retorno da história, com todo o seu peso.

Que a história está de volta é visível nos resultados do último Latinobarómetro, que analisa a opinião pública em 17 países da região em 2003. Embora continue a haver uma maioria que é democrática por convicção, ela é cada vez menor, e este ano 52% dos inquiridos respondeu que sim à afirmação «Não me importava se um governo não democrático chegasse ao poder se pudesse resolver a situação económica». No Paraguai existe a única maioria regional pró-autoritária, e a corrente no Equador vai nesse sentido.

O Uruguai e a Costa Rica continuam a ser os «cantinhos» mais democráticos da região, e a opinião pública tem «melhorado» na Argentina de Kirschner . Também é verdade que a democracia não precisa de uma crença férrea para florescer – basta que a maioria acredite, como Churchill, que é sistema «menos mau».

O retorno da história na América Latina implica olhar para a ligação perversa ou viciosa que a região tem historicamente demonstrado entre a «estrutura» e a «superestrutura», para usar termos marxistas já demodé.

Foi importante a «redescoberta» da autonomia da política em relação à economia. As teorias marxistas que as ligavam de forma directa foram desacreditadas com razão. Afinal, é possível ter democracia sem justiça social; e é possível ter ditadura com prosperidade geral. No entanto, tal como afirmou Juan Linz, teórico que não pode ser acusado de estruturalismo ou marxismo, a democracia depende também da sua eficácia, da sua capacidade para «deliver the goods». E este é um dos problemas históricos da democracia latino-americana: gera expectativas e depois não consegue gerar riqueza com justiça social. De acordo com um estudo do Banco Mundial, a desigualdade nem aumentou na década da democracia, mas também não diminuiu: a pobreza e a desigualdade têm raízes muito profundas nas estruturas sociais, políticas, culturais e económicas da região . Ainda não se investiu o suficiente nas áreas cruciais (educação e saúde) de forma a combater este problema de forma eficaz. O dilema é como gastar mais nos domínios certos sem quebrar um ténue equilíbrio fiscal? Como gastar mais sem gerar o populismo?

Estes dilemas centrais de origem económica expressam-se ciclicamente, e assumem contornos distintos em cada país: assim, por exemplo, na Argentina, a crise manifesta-se sempre no colapso do sistema de financiamento das províncias, e dos protestos que daí advêm; na Venezuela, todos os conflitos giram em torno do «rei» petróleo; e na Bolívia, onde a prata foi rainha, seguindo-se o reinado do estanho durante quase um século, e por incrível que pareça, é motivo para morrer protestar contra a privatização do gás natural, a mais recente fonte de riqueza nacional. Resumindo, a reforma económica, o que inclui uma reforma das estruturas do Estado, do sistema fiscal, e das entidades regulatórias dos serviços privatizados, entre outros elementos, não tem sido levada a cabo de forma satisfatória. Assim, o mercado livre é menos aquele que Adam Smith previa que iria criar «a riqueza das nações» e mais um sistema que um indígena no Peru poderia dizer gerador da «riqueza dos patrões».

Outro problema da democracia latino-americana é a instabilidade gerada pela concorrência entre duas fontes de legitimidade igualmente fortes: os parlamentos (onde a vontade do povo se expressa através dos partidos políticos) e as figuras presidenciais (onde a vontade do povo se incorpora numa pessoa, que muitas vezes «plebiscita» e personaliza a política de forma a ultrapassar as oposições ou os obstáculos do poder legislativo). No Chile de Allende, a legitimidade dual do parlamento dividido entre esquerda e direita, e do presidente, é visto por muitos como um dos factores institucionais decisivos que levou à queda da democracia. Actualmente, há motivos para pensar que este conflito gera menos instabilidade do que nos últimos 100 anos. No entanto, existem problemas com o desenho institucional democrático na América Latina que estão por resolver, e que produzem conflitos que diminuem a confiança pública no sistema.

A democracia liberal não consiste em boa engenharia institucional, nem tão pouco apenas no governo da maioria: é também o governo pela lei. Podemos dizer que a democracia latino-americana tem tido mais sucesso no que diz respeito à participação da maioria que na implantação equitativa do Estado de Direito. Na América Latina, nas palavras do sociólogo Roberto da Matta, há os «indivíduos» que estão sujeitos à força da lei, e as «pessoas», que podem evitar a lei pelos contactos que têm com o poder político, social e económico –há quem tenha todos os direitos formalmente concedidos pelos regimes constitucionais e democráticos da região, e há quem não os tenha. Ou seja, usando uma expressão brasileira, «a lei não pega». Isto tem outra manifestação e consequência grave: a corrupção. Como diz Roberto Schwarz, estamos num contexto político cultural que combina a modernidade e a ideologia da democracia liberal com a prática do favor. Ser sujeito à «lei do pão», sem poder recorrer ao «pão da lei», destino de muitos «indivíduos» na América Latina, pode desgastar o que começa por ser uma nova esperança e fé nos benefícios da democracia liberal. E, parafraseando Lord Acton, se a corrupção corrompe, a corrupção no poder corrompe absolutamente.

Existe ainda outro elemento do novo Zeitgeist. Esta já não é a era de fé no fim da história e de esperança liberal-democrática; é a era anti-americana, um sentimento que se tem manifestado de forma crescente na América Latina. Já não estamos a falar dos tempos em que se dizia «Yankee Go Home» ou se chamava «greenback» (nome dado ao dólar, e origem do termo «gringo») aos americanos que patrulhavam cidades caribenhas ou da América Central; estamos a falar dum anti-americanismo que se expressa perversamente numa admiração por Fidel Castro e Hugo Chávez, que duvida da democracia liberal e da

economia aberta, que apela aos caudilhos locais e aos nacionalismos que são menos ameaçadores para o «Outro» e mais para o «Próprio», porque se manifestam na história principalmente no autoritarismo.

Então, o que se passa na América Latina? Passa-se a história. Passa-se um novo ciclo de desilusão crescente com democracias que não geram justiça social. É importante manter as atenções viradas para a América Latina – não se pode correr o risco de esquecer no meio de tanta preocupação com temas «globais» como o terrorismo e as armas de destruição maciça. A América Latina precisa da «boa vizinhança» dos Estados Unidos e da cooperação da UE. Porque se ela anunciou o princípio da terceira onda democrática, poderá ser nela que iremos ver o prenúncio da próxima onda anti-democrática.